OS DISCURSOS SOBRE DEFICIÊNCIA NO GUIA DE BOAS PRÁTICAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA

Mariana Pereira BARBOSA; Paola BARCELOS; Ana Cláudia dos Santos ROCHA.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Eixo 05 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
Marianabarbosads@hotmail.com.

Palavras-chave: Discursos. Deficiência. Foucault.

1. Introdução

A presente pesquisa analisa a produção de discursos sobre deficiência no âmbito de uma cartilha institucional do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o documento *Guia de boas práticas: pessoa com deficiência*, publicado em 2021 pelo próprio TJMS e direcionado a magistrados, servidores, terceirizados e colaboradores que atuam no Poder Judiciário sul-mato-grossense.

Parte-se da compreensão de que a linguagem não é neutra, mas constitui prática social atravessada por relações de poder, sendo responsável pela produção de sentidos e pela constituição dos sujeitos. Nesse contexto, as cartilhas institucionais assumem relevância por atuarem na orientação de práticas, condutas e formas de compreensão acerca da deficiência no interior do Poder Judiciário e que podem influenciar práticas institucionais, decisões judiciais e a produção de verdades no interior dessa instituição.

A análise fundamenta-se na perspectiva teórica de Michel Foucault (2002, 2008), especialmente em sua concepção de discurso enquanto prática produtora de saberes, verdades e modos de subjetivação. Para o autor, os discursos não apenas descrevem a realidade, mas participam ativamente da construção dos objetos de que tratam, produzindo regimes de verdade que atravessam instituições e práticas sociais.

Atrelado a este referencial teórico, o estudo adota o modelo social da deficiência, com base em Débora Diniz (2007), para quem a deficiência é o resultado das barreiras sociais, arquitetônicas, culturais e institucionais vivenciadas pela pessoa com

deficiência que impedem sua plena participação em sociedade, e não sua condição biológica.

Desse modo, a pesquisa problematiza os discursos sobre deficiência mobilizados pela cartilha, investigando quais concepções e formas de representação dos sujeitos com deficiência nela circulam e quais efeitos produzem na constituição de práticas institucionais voltadas à inclusão.

2. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental, fundamentada na perspectiva foucaultiana de análise do discurso. O corpus analítico é constituído pelo documento *Guia de boas práticas: pessoa com deficiência*, já apresentado.

A investigação identifica regularidades discursivas, modos de representação da deficiência e relações entre saber, poder e produção de verdades na cartilha, à luz Foucault (2002, 2008). Documentos normativos sobre os direitos das pessoas com deficiência e à política de educação inclusiva são utilizados para contextualizar os discursos analisados.

3. Resultados obtidos

As análises iniciais do *Guia de boas práticas: pessoa com deficiência* evidenciam a coexistência de diferentes discursos sobre deficiência no documento institucional. Inicialmente, a definição de deficiência se fundamenta na Organização Mundial da Saúde, aproximando-se do modelo médico ao enfatizar aspectos relacionados às limitações funcionais do indivíduo. Sob a perspectiva foucaultiana, essa escolha não representa apenas uma definição técnica, mas um enunciado que legitima determinados saberes sobre a deficiência e participa da produção de regimes de verdade no contexto institucional (Foucault, 2006).

Em contrapartida, a cartilha orienta o uso de terminologias respeitosas e recomenda práticas de convivência com pessoas com diferentes tipos de deficiência, aproximando-se do modelo social ao enfatizar a eliminação de barreiras atitudinais e a

promoção da inclusão. Esses elementos revelam tensões entre diferentes racionalidades sobre a deficiência, cujas implicações para a produção de saberes e para as práticas institucionais ainda serão aprofundadas.

4. Conclusões

A pesquisa evidencia a relevância da análise de documentos institucionais produzidos pelo Poder Judiciário como espaços de produção e circulação de discursos sobre deficiência. As análises realizadas confirmam a coexistência de concepções distintas de deficiência no *Guia de boas práticas: pessoa com deficiência*, evidenciando como o Guia articula, em um mesmo documento, o modelo médico e o modelo social, produzindo efeitos contraditórios sobre os modos de nomear e posicionar a pessoa com deficiência no cotidiano institucional. O estudo contribui, assim, para problematizar os discursos oficiais e sua relação com a constituição de práticas institucionais voltadas à inclusão, ampliando o debate no campo de Educação Especial.

5. Principais referências

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, M. Aula Inaugural dia 2 de dezembro de 1970. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Edmundo Cordeiro. 2002.

FOUCAULT, M. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL. **Guia de boas práticas: pessoas com deficiência**, 2021. Campo Grande – MS: TJMS, 2021. Disponível em: https://www5.tjms.jus.br/areas/comunicacao/Cartilha2021.pdf. Acesso em: 22 maio 2026.